

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS CTGI - GESTÃO 2019-2021		
DATA: 15/01/2020	HORÁRIO: 09h	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – CTGI (15/01/2020)	
Entidade	Nome
SIMA	Laura Stela
SABESP	Silene Cristina
IPT	José Luiz
DAEE	Josué Marcos Barranco
PM de Suzano	Natacha Nakamura
PM de São Paulo	Hassan Mohamad
PM de Mogi das Cruzes	Gabriel Sousa Alves
PM de Juquitiba	Carolina Rosa
PM de Santo André	Murilo Andrade Valle
PM de Biritiba Mirim	Adolfo José Ribeiro de Almeida
UFABC	Camila C. Arantes (coordenadora)
Instituto SIADES	Amanda Silveira Carbone
UNIÁGUA	Ronaldo Sérgio
CONVIDADOS	
Entidade	Nome
APU	Amauri Pollachi
UNIÁGUA	Shindi Kyiota
SABESP	José Freitas do Nascimento
PM de Carapicuíba	Janaina C. Silva
FABHAT	Hélio Suleiman
FABHAT/Secretaria Executiva	Larissa Cristina Silva
FABHAT	Mayara Trivinho
FABHAT	Valburg de Sousa
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	
CETESB	Gilson Guimarães

Camila Arantes (UFABC), coordenadora da Câmara Técnica de Gestão de Investimentos, iniciou a reunião às 9h15 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta iria sofrer uma alteração na ordem dos itens por solicitação de Hélio Suleiman (FABHAT), pois as informações tratadas na apresentação sobre exemplos de itens financiáveis pelo FEHIDRO seriam importantes para iniciar a escrita da Deliberação. Portanto, a ordem dos itens da pauta ficaria da seguinte maneira:

- Apresentação sobre exemplos de itens financiáveis pelo FEHIDRO dentro de cada ação estabelecida pelo Comitê no PA/PI;

- Elaboração da Deliberação de critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para indicação ao FEHIDRO em 2020.

Informou também que a Deliberação em questão está prevista para ser aprovada em Plenária pré-agendada para o dia 12 de fevereiro.

1. Apresentação

Hélio agradeceu a presença de todos. Iniciou a apresentação resgatando a aprovação do PA/PI na Reunião Plenária de 17 de dezembro de 2019, quando ocorreu uma discussão sobre a necessidade de o Comitê ser protagonista das ações através do contato com os possíveis Tomadores de projetos.

Frisou também que se não ocorrer investimentos esse ano, o dinheiro vai obrigatoriamente ao ano que vem e a situação tende a piorar ao longo do tempo. Portanto é necessário um olhar com outras perspectivas para melhoria.

Apresentou as Planilhas elaboradas pela área técnica da FABHAT referentes a ações em áreas de Mananciais que estão previstas no PA/PI e as que não estão no Plano, mas que poderiam ser interessantes para a Bacia.

Pautou sua argumentação informando sobre a reunião que realizou com Laura Stela (SIMA), Rui Brasil (Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo) e Eduardo Trani (Secretário estadual do Meio Ambiente), onde mostrou o levantamento. E que surgiram interesse da SIMA e de seus órgãos subordinados em executar ações previstas no PA/PI, principalmente e em áreas de Mananciais.

Laura acrescentou sobre a importância de negociar com os possíveis tomadores e auxiliar os municípios para elaboração de projetos.

Hélio informou também que a data limite para aprovação de empreendimentos é dia 31 de maio. E ressaltou que esse ano terá uma dificuldade política por conta das eleições municipais.

E então, apresentou a análise dentro das principais ações, destacando a seguinte 2inconsistência:

- O PDC 5, que trata a demanda de água está como prioritário no PA/PI, porém apresenta somente uma ação que faz parte do subPDC 5.1 – Controle de perdas em abastecimento de água. Porém, isso já é algo previsto pelos Planos de Saneamento e realizado em sua grande maioria na Bacia do Alto Tietê pela SABESP.
- O PDC 4, que trata da Proteção dos Corpos d'Água, apresenta 6 ações que fazem parte dos subPDCs 4.1 – Proteção e conservação dos mananciais, e 4.2 – Recomposição da vegetação ciliar e da cobertura vegetal. E esses não estão como prioritários no PA/PI.

Portanto, diante do apresentado, Hélio sugeriu para que ocorresse a inversão de prioridades. Propôs, portanto, deixar como prioritário do PDC 4 ao invés do PDC 5.

Amauri Polacchi (APU) falou sobre a importância do PDC 5 para a Bacia, e que é necessário prever investimento para controle de perdas em abastecimento de água. Deu exemplo de Mogi das Cruzes, que apresenta um elevado índice de perdas na distribuição de águas tratadas.

E então, Hélio apresentou os resultados obtidos pelo Relatório de Situação da Bacia do Alto Tietê, sobre o índice de perdas. E informou que realmente a taxa é muito elevada. Porém, frisou que a ação não seria tirada de investimento da Deliberação, mas sim, não seria colocada como prioritária.

O representante do IPT (José Luiz) destacou que as águas subterrâneas embora não se constituam na alternativa prioritária para o abastecimento público pela SABESP, nota-se que o uso dos mananciais subterrâneos é muito grande, com cerca de 5.360 poços outorgados para usos privados e produção estimada pela USP em 12 m³/s. Ao mesmo tempo, notam-se várias áreas nas quais foram constatados problemas de poluição, de superexploração e de conflitos pelo uso dos recursos hídricos. Citou as áreas da Bacia do Rio Baquirivu, Canal de Jurubatuba, Área do Alto Tietê/Cabeceiras, além de outros locais que são mencionados na bibliografia hidrogeológica e em estudos anteriores desenvolvidos pelo Comitê e pelas universidades e centros de pesquisa.

Assim sendo, José Luiz (IPT) ressalta que o tema águas subterrâneas deveria ser considerado como de maior importância pelo CBH-AT, tanto pela necessidade de detalhar e confirmar suspeitas existentes de problemas ao longo da Bacia do Alto Tietê, como da necessidade de se obter elementos que possibilitem aprimorar a gestão desse recurso na UGRHI.

Silene Cristina (SABESP) informou que a SABESP retomou os projetos com perdas focando nos municípios precários. Dá o exemplo de Guarulhos, explicando que a Companhia acabou de pegar a responsabilidade do Saneamento no município, e que provavelmente não haverá investimentos a curto prazo, já que é necessário primeiramente a realização de um diagnóstico e levantamento dos pontos mais críticos.

Amauri então concordou com a mudança de prioridade, já que isso afetaria somente a porcentagem prevista para investimento, e a ação continuaria passível de financiamento.

Hélio frisou ainda que o que não pode ser mudado e deve ser utilizado como base é o diagnóstico e prognóstico da Bacia, mas que as ações devem ser revistas para melhorias. Portanto, como encaminhamento sugeriu para que cada Câmara Técnica definisse as ações e então para a Agência identificar os pontos críticos e realizar a conversa com os tomadores.

Hélio comentou também que na Reunião do Conselho Consultivo da Agência ficou combinado a realizar um curso de capacitação integrada, prevendo uma parceria, entre Municípios, Universidades e Órgãos Estaduais.

Gabriel Sousa (PM de Mogi das Cruzes) pediu para voltar ao slide de esgotamento básico implementado em obras de assentamentos precários. Ele destacou onde aparece que a rede coletora do projeto deve atender “comunidades de baixa renda e isoladas de sedes municipais, até 1.000 habitantes, e não atendidas por sistema público”. Porém, ele fez uma crítica ao valor limitante de 1.000 habitantes estipulado pelo Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) pois este limitador poderia inviabilizar a apresentação de empreendimentos de rede de esgotamento sanitário que atenderia um número maior ao estipulado na MPO.

E então Amauri explicou que isso não se refere ao Comitê Alto Tietê, e sim ao FEHIDRO, de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO). Mas considerou válida a colocação de Gabriel, e sugeriu para fosse colocado em discussão pontos do MPO que inviabilizam a proposição de projetos. Acrescentou que a revisão do MPO ainda não foi realizada, e que é um material antigo, de 7 anos atrás. Portanto, as contribuições do Comitê podem ser acatadas.

Josué Barranco (DAEE) se propôs a centralizar essas pontualidades do MPO e elaborar um documento. E Hélio disse que pode encaminhar à Coordenadoria de Recursos Hídricos.

José Luiz (IPT) acrescentou, como agente técnico, que deve seguir a padronização colocada pela SECOFEHIDRO. Portanto considera importante a leitura do MPO para o atendimento às suas diretrizes.

Silene questionou se a ideia é procurar os municípios prioritário nesse momento. E então Hélio disse que sim, para que já tenha uma demanda induzida.

Amauri acrescentou sobre a importância de mobilizar as forças do Comitê para conversar com os possíveis tomadores, via consórcio ou diretamente com os municípios, Órgãos do Estado e Sociedade Civil.

Hélio encerrou então a apresentação.

2. Elaboração da Deliberação de critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para indicação ao FEHIDRO em 2020

Camila Arantes apresentou a última versão da Deliberação para ser utilizada como base.

Os principais pontos discutidos foram os seguintes:

- Ainda não foram publicadas as Deliberações COFEHIDRO que dispõem sobre o montante de recursos a ser destinado a cada Comitê de Bacia (CFURH), bem como o cronograma de apresentação de projetos a serem financiados à Secofehidro;
- Mudança na prioridade de PDC, colocando como prioritários os 3, 4 e 7 ao invés de 3, 5 e 7.
- Acrescentar à Deliberação a seguinte ação do subPDC 3.5: “Projetos básico e executivo de obras para a Recuperação ou renaturalização de corpos hídricos, principalmente em áreas de mananciais”, já ~~que a ação apresenta~~ consta no Plano de Bacia com prioridade alta e prevista para 2020 – 2027, porém, não está no PA/PI;
- Na redação da Deliberação, descrever somente as ações contempladas em cada PDC, e não as relacionar aos subPDCs;
- Investir em 15% nos PDCs 1 e 2, 70% nos PDCs 3,4,e,7, e 15% nos demais, que de acordo com o PA/PI são os 5 e 8.
- Acrescentar à Deliberação o trecho do MPO que diz sobre contrapartida mínima e situações que preveem porcentagens inferiores à 10%, como excepcionalidade.

Surgiu também dúvida sobre a necessidade ou não de apresentação de alvarás, licenças e outorgas nessa etapa, ou se somente um protocolo do órgão seria suficiente. Isso será melhor conversado na próxima reunião, e depende de decisão da SECOFEHIDRO.

E então, Camila frisou a importância de não ocorrer a divulgação de minutas de Deliberações, nem sobre as discussões ocorridas até o momento, pois as informações só se tornam oficiais após aprovação em plenária. Portanto, se recomenda manter nas Deliberações marca d’água apontando que trata-se de uma minuta ~~na Deliberação~~ até o momento de aprovação na plenária.

A reunião se encerrou às 12h40.

Encaminhamentos:

- ✓ A Secretaria Executiva encaminhará aos membros da CTGI:
 - Minuta de Apresentação sobre exemplos de projetos financiáveis em cada ação (FEHIDRO 2020);
 - Minuta da Deliberação que aprova critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para indicação ao FEHIDRO em 2020, para ser utilizada como base na próxima reunião.
- ✓ Os representantes da CTGI deverão encaminhar à Secretaria Executiva as contribuições da Minuta de Apresentação até dia 27/01 (segunda feira);
- ✓ Os representantes da CTGI deverão encaminhar ao Josué as considerações precisas e pontuais sobre itens da MPO que inviabilizam a proposição de projetos.